



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO  
(ILATIT) - GEOGRAFIA - LICENCIATURA

---

MATHEUS PEDRO ZUQUE PEREIRA

# A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Foz do Iguaçu  
2024

MATHEUS PEDRO ZUQUE PEREIRA

# A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Geografia, grau Licenciatura, do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território – (ILATIT), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial à obtenção da graduação em Geografia Licenciatura.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcelo Augusto Rocha.

Foz do Iguaçu  
2024

MATHEUS PEDRO ZUQUE PEREIRA

## A Uberização do trabalho docente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

### BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Doutor Marcelo Augusto Rocha  
UNILA

---

Prof. Doutora Léia Aparecida Veiga  
UNILA

---

Prof. Doutor Samuel Fernando Adami  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Matheus Pedro Zuque Pereira

Curso: Geografia – Licenciatura

### Tipo de Documento

(..X..) graduação

(.....) artigo

(.....) especialização

(..X..) trabalho de conclusão de curso

(.....) mestrado

(.....) monografia

(.....) doutorado

(.....) dissertação

(.....) tese

(.....)CD/DVD–obras audiovisuais

(.....)

Título do trabalho acadêmico: A Uberização do trabalho docente

Nome do orientador(a): Profº: Drº. Marcelo Augusto Rocha

Data da Defesa: 25/03/2022

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. (...) A sociedade divide-se, cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: explorador e explorado”.

**Karl Marx**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus por me capacitar para realizar este sonho. Algo que inicialmente parecia estar tão distante da minha realidade. Ingressar na universidade e concluir uma graduação foi, ao mesmo tempo para mim, uma conquista e um enorme desafio, com diversos momentos de sacrifícios. Nesses últimos anos, por exemplo, não tenho sido um filho presente, mesmo assim meu pai continua ao meu lado, me fortalecendo e me auxiliando no caminho que escolhi trilhar.

Agradeço meus colegas de curso pela caminhada juntos e de um modo especial, agradeço a toda comunidade universitária da qual sinto um enorme sentimento de pertencimento e união. Ainda no âmbito do curso e da Universidade, agradeço meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha por sua disponibilidade e contribuições na construção de minha pesquisa e pelo apoio incondicional prestado ao longo dos anos que estive na UNILA.

Agradeço meu grande amigo Alan Saraiva Polanczyk- Futuro professor de História e excelente escritor, pelos momentos de descontração que nossas reuniões proporcionaram, por suas falas provocativas, suas críticas construtivas e pelo apoio irrestrito nesta jornada.

Agradeço imensamente minha namorada, amiga e companheira Taynara Arruda dos Santos, por todos os conselhos oferecidos de forma generosa e salutar. Agradeço por todo o tempo que passamos, verdadeiramente juntos. Você me proporcionou as bases necessárias para que eu me mantivesse em pé, ao longo desta caminhada e foi primordial para a minha continuidade na vida acadêmica.

Agradeço aos professores(as) da banca, pelas orientações recebidas procurando o aperfeiçoamento do meu Trabalho.

Agradeço ainda a minha mãe, Silvia Cristina Tillvitz e meu pai, Pedro Zuque Pereira, sem a sua ajuda, definitivamente eu não teria conseguido concluir este curso. Não tenho palavras para descrever o quanto sou grato a vocês por isso. Sei que nada do que eu disser ou fazer para retribuir, alcançará a grandeza do que vocês dois fizeram por mim, meu muito obrigado!

PEREIRA, Matheus Pedro Zuque. **A Uberização do Trabalho Docente**. 2024. 47. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia licenciatura) -Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

**Resumo:** A história da humanidade está repleta de momentos que produziram mudanças nas relações de trabalho, na forma como vivemos, nos comunicamos e como nos movimentamos pelo planeta. As sucessivas revoluções tecnológicas costumam ser citadas como exemplos disso. No entanto, mesmo com a intensificação do uso da tecnologia em nosso cotidiano e, apesar dessas mudanças, as relações trabalhistas continuam a seguir uma regra essencial para o sistema capitalista no qual vivemos: a exploração da força de trabalho por aqueles que possuem os meios de produção. Nos últimos anos, tem-se criado novos serviços para serem utilizados a partir de plataformas e aplicativos eletrônicos instalados em celulares. Um desses serviços busca auxiliar na locomoção e no transporte de pessoas e na entrega de mercadorias, concorrendo com serviços tradicionais como taxistas, moto-taxistas e com os correios. Um dos primeiros e mais famosos aplicativos construídos para estes fins, ficou conhecido como Uber. As relações de trabalho promovidas por aplicativos como o Uber, tem fragilizado e precarizado os direitos trabalhistas de um número elevado de pessoas no mundo inteiro. Ao passo que a perda de direitos essenciais em outras áreas de atuação profissional, como a dos professores, por exemplo, tem sido chamada de uberização da carreira docente. Assim, o objetivo central deste trabalho foi contribuir para o debate acerca de como a Uberização tem afetado a profissão e a carreira dos professores na atualidade, revisitando autores dedicados ao estudo do avanço das políticas neoliberais no Brasil e no mundo. Para subsidiar as discussões aqui apresentadas, fez-se uso de análises advindas de uma Pesquisa Bibliográfica, com foco nas políticas públicas educacionais neoliberais voltadas para a escola pública e por meio de pesquisas que buscam entender as relações trabalhistas de professores contratados por processo seletivo simplificado (PSS) pelo Governo do Estado do Paraná, via Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR).

**Palavras chave:** Tecnologia; Relações de Trabalho; Uberização docente; Professores; Precarização de Direitos Trabalhistas.

PEREIRA, Matheus Pedro Zuque. **La Uberización del Trabajo Docente**. 2024. 47. Trabajo de finalización de curso (Graduación en Geografía) -Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2024.

**Resumen:** La historia de la humanidad está llena de momentos que produjeron cambios en las relaciones laborales, la forma en que vivimos, nos comunicamos y cómo nos movemos por el planeta. A menudo se citan como ejemplos de ello las sucesivas revoluciones tecnológicas. Sin embargo, incluso con la intensificación del uso de la tecnología en nuestra vida diaria y a pesar de estos cambios, las relaciones laborales continúan siguiendo una regla esencial para el sistema capitalista en el que vivimos: la explotación de la fuerza laboral por parte de quienes poseen los medios de producción. . En los últimos años se han creado nuevos servicios para ser utilizados desde plataformas electrónicas y aplicaciones instaladas en los teléfonos móviles. Uno de estos servicios busca ayudar en el movimiento y transporte de personas y la entrega de mercancías, compitiendo con servicios tradicionales como taxistas, mototaxistas y correos. Una de las primeras y más famosas aplicaciones creadas para estos fines fue la conocida como Uber. Las relaciones laborales promovidas por aplicaciones como Uber han debilitado y vuelto más frágiles y precarios los derechos laborales de un gran número de personas en todo el mundo. Mientras que la pérdida de derechos esenciales en otros ámbitos de la actividad profesional, como el docente, por ejemplo, ha sido denominada uberización de la carrera docente. Así, el objetivo central de este trabajo fue contribuir al debate sobre cómo la uberización ha afectado la profesión y la carrera de los docentes en la actualidad, revisando autores dedicados al estudio del avance de las políticas neoliberales en Brasil y el mundo. Para sustentar las discusiones aquí presentadas, se utilizaron análisis de una Investigación Bibliográfica, centrándose en las políticas públicas educativas neoliberales dirigidas a las escuelas públicas y a través de investigaciones que buscan comprender las relaciones laborales de los docentes contratados a través de un proceso de selección simplificado (. PSS) por el Gobierno del Estado de Paraná, a través de la Secretaría de Educación del Estado (SEED-PR).

**Palabras clave:** Tecnologías; Relaciones laborales; Uberización Docente; Maestros; Precariedad de los Derechos Laborales.

PEREIRA, Matheus Pedro Zuque. **The Uberization of Teaching Work**. 2024. 47. Course completion work (Graduation in Geography degree) -Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2024.

**Summary:** The history of humanity is full of moments that produced changes in work relationships, the way we live, communicate and how we move around the planet. Successive technological revolutions are often cited as examples of this. However, even with the intensification of the use of technology in our daily lives and despite these changes, labor relations continue to follow an essential rule for the capitalist system in which we live: the exploitation of the workforce by those who own the means of production. . In recent years, new services have been created to be used from electronic platforms and applications installed on cell phones. One of these services seeks to assist in the movement and transport of people and the delivery of goods, competing with traditional services such as taxi drivers, motorcycle taxi drivers and the post office. One of the first and most famous applications built for these purposes was known as Uber. The labor relations promoted by applications such as Uber have weakened and made the labor rights of a large number of people around the world more fragile and precarious. While the loss of essential rights in other areas of professional activity, such as teachers, for example, has been called the uberization of the teaching career. Thus, the central objective of this work was to contribute to the debate about how Uberization has affected the profession and career of teachers today, revisiting authors dedicated to the study of the advancement of neoliberal policies in Brazil and the world. To support the discussions presented here, analyzes were used from a Bibliographical Research, focusing on neoliberal educational public policies aimed at public schools and through research that seeks to understand the labor relations of contracted teachers. through a simplified selection process (PSS) by the Government of the State of Paraná, via the State Department of Education (SEED-PR).

**Keywords:** Technologies; Work relationships; Teaching Uberization; Teachers; Precariousness of Labor Rights.

### Lista de abreviações e SIGLAS

<b>BIRD</b> .....	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>CONAE</b> .....	Conferência nacional de educação
<b>FHC</b> .....	Fernando Henrique Cardoso
<b>FMI</b> .....	Fundo monetário Internacional
<b>FUNDEB</b> .....	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>INSS</b> .....	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>LDB</b> .....	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>OCDE</b> .....	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PHC</b> .....	Pedagogia Histórico-crítica
<b>PMDB</b> .....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PNAC</b> .....	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
<b>PSDB</b> .....	Partido Social Democrático Brasileiro
<b>PSL</b> .....	Partido Social Democrático
<b>PSPN</b> .....	Piso Salarial Profissional Nacional
<b>PSS</b> .....	Processo Seletivo Simplificado
<b>PROUNI</b> .....	Programa Universidade para Todos
<b>PT</b> .....	Partido dos Trabalhadores
<b>QPM</b> .....	Quadro Próprio do Magistério
<b>SAEB</b> .....	Sistema de Avaliação da Educação Básica
<b>SAEP</b> .....	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná
<b>SARESP</b> .....	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>2 Neoliberalismo.....</b>	<b>16</b>
2.1    Conceito.....	16
2.2    Neoliberalismo e sua atuação no Brasil.....	17
2.3    Neoliberalismo e sua atuação na educação brasileira.....	21
<b>3 Políticas educacionais do Brasil.....</b>	<b>24</b>
3.1    Década de 80 e 90.....	24
3.2    Década de 2000.....	26
3.3    Década de 2010.....	28
<b>4 Uberização .....</b>	<b>32</b>
4.1    Conceito e consequências .....	33
4.2    A Uberização no trabalho docente.....	35
<b>5 Considerações Finais .....</b>	<b>43</b>
<b>6 Referências.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O conceito de Uberização do Trabalho consiste na flexibilização de direitos e na precarização das relações trabalhistas por meio da associação de plataformas digitais à exploração da força de trabalho nos mais diversos segmentos. Este modelo tecnológico de exploração de mão de obra já está presente em nosso cotidiano há alguns anos, podendo ser encontrado, com mais facilidade, nas médias e grandes cidades brasileiras e mundiais. O termo “uberização” advém da analogia do modelo de serviço digital disponibilizado pela empresa *Uber*, por meio de um App, ou aplicativo que promove o transporte urbano de pessoas e mercadorias, mediante o deslocamento entre os proprietários de veículos de passeio e indivíduos que necessitam se deslocar pelas cidades. A sigla “App”, vem da palavra em inglês *application* que, em tradução livre significa aplicação. App’s são aplicativos, ou *softwares* desenvolvidos para equipamentos eletrônicos que auxiliam seus usuários a realizarem determinadas tarefas e ações.

O serviço digital disponibilizado pelo aplicativo *Uber*, foi um dos pioneiros no seguimento de negócios da mobilidade urbana e se espalhou rapidamente pelo mundo, como uma plataforma que reúne, diariamente, milhões de prestadores de serviços alternativos com custos menores do que os serviços tradicionais oferecidos por taxistas e mototaxistas, por exemplo. O sucesso foi tamanho que, em pouco tempo surgiram outros Apps concorrentes e semelhantes, como o *99*, o *BlaBlaCar*, o *Moovit* e o *Buser*, entre outros. Um App brasileiro famoso que conquistou muitos adeptos durante e depois da pandemia foi o *Ifood*. Esta empresa atua principalmente no seguimento de entrega de alimentos e refeições prontas, sendo o líder no setor na América Latina, primordialmente no Brasil.

A facilidade com que o serviço pode ser acessado e contratado, por meio de celulares ligados à internet e os valores atrativos, na maior parte dos casos, mais acessíveis que os tradicionais, fez com que o *Uber* se popularizasse e ganhasse cada vez mais usuários em todo o mundo. Contudo, nos últimos anos, enquanto cada vez mais usuários tem se beneficiado da revolução proporcionada pelo uso da tecnologia atrelada a aplicativos como o *Uber* e o *Ifood*, esse movimento tem feito surgir questionamentos a respeito da precarização trabalhista a que as pessoas são

submetidas ao aceitarem oferecer seus serviços por meio desse tipo de plataforma digital.

Com a diminuição dos postos de trabalho nos últimos anos no Brasil, esse modelo digital de acumulação por exploração do trabalho surge como uma possibilidade de ganho emergencial para pessoas desempregadas garantindo uma renda, mesmo que mínima, ao custo de muito trabalho e exaustivas horas de dedicação às normas da plataforma.

Um dos principais problemas que a Uberização do trabalho apresenta é a ausência de vínculo empregatício e a flexibilização de direitos básicos dos trabalhadores que oferecem seus serviços na plataforma. Para mascarar essa relação de exploração, as plataformas vendem a imagem de que o trabalhador pode ser seu próprio patrão. O que ocorre na realidade, é que esse se torna refém dos artifícios criados pelas plataformas, em um sistema de trabalho exaustivo, com extensa carga horária e sem folgas pré-estabelecidas que ao final, proporciona pouco lucro efetivo, uma vez que, os recursos necessários ao desempenho da função, no caso do *Uber* e do *Ifood*, por exemplo, como gasolina, manutenção do carro e seguro, são de inteira responsabilidade do prestador de serviço. Além disso, o fato de estar o tempo todo sob riscos à saúde, ao próprio trânsito, a insegurança das ruas arriscando a própria vida, torna o trabalho um dos mais difíceis e perigosos da atualidade.

Dada essa breve explanação do conceito de Uberização e de como esse sistema atua prejudicando as relações trabalhistas na atualidade, deve-se levar em consideração a ação do Neoliberalismo na organização e ampliação desse sistema para outros segmentos econômicos e sociais, como a educação, por exemplo. Partindo da premissa da intenção do Neoliberalismo para que possa encontrar caminhos para se adentrar no sistema público, esse modelo cria falácias que se espalha dentro da sociedade como se a iniciativa privada e seus moldes devessem controlar o sistema público, pois o mesmo seria incapaz de gerenciar os eventuais problemas que surgem.

A partir da década de 90, com a ampliação das ideias neoliberais já estabelecidas no país, por meio de agentes externos financiados pelo imperialismo norte-americano como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, o trabalho docente se torna alvo desse novo modelo de expropriação capitalista. Para

Derisso e Duarte (2017), foi neste período que as políticas neoliberais começaram a ser implementadas em âmbito educacional, resultando em precarização do ensino e da carreira docente.

A uberização do trabalho docente se caracteriza em duas formas: primeira pela criação e ampliação de plataformas digitais, principalmente de universidades de Educação a Distância (EaD) nas quais o professor vende seu trabalho, ou suas aulas por meio de vídeos que podem ser reproduzidos e reutilizados por tempo indeterminado, sem a necessidade de uma nova contratação ou pagamento ao responsável pela criação daquele conteúdo. O docente que adere a esse tipo de trabalho, geralmente é um trabalhador que não conseguiu se inserir nas redes de ensino público ou privadas.

Paralelamente, agentes do neoliberalismo infiltrados nas mais diversas esferas da política pública nacional, atuam para sucatear a estrutura física e as relações trabalhistas no ensino público. Ações como: a não oferta de concursos públicos, preferindo a terceirização e contratação de profissionais docentes através de processo seletivo simplificado (PSS) nos quais os trabalhadores da educação perdem a estabilidade e não contam com nenhuma garantia de trabalho fixo, férias remuneradas ou direitos básicos constantes na legislação trabalhista tradicional, é a outra forma mais frequente de uberização do trabalho docente.

O contrato de trabalho temporário, faz com que o professor não tenha clareza sobre o quanto ganhará e nem até quando haverá trabalho efetivamente. Nos casos de substituição convencional, isto não chegaria a ser um problema, se a forma de contratação por PSS fosse apenas para esses casos. Ocorre, no entanto que, esta tem sido a regra e não a exceção, há diversos anos para ocupar as inúmeras vagas existentes na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, ao invés da contratação por concurso público.

A preferência pelas contratações temporárias, pelos sucessivos governos neoliberais nos últimos vinte anos, estabeleceu a criação de uma subcategoria de professores denominados PSS, mais fáceis de controlar, por não poderem aderir a greves e aos movimentos sindicais e mais baratos do que os profissionais concursados, mesmo exercendo as mesmas funções. Entre as principais precarizações da uberização docente, neste caso, está o fato de ser, cada vez mais comum, a dispensa dos professores temporários ao final de cada ano letivo havendo

recontratação somente quatro meses depois. Esta situação, frequentemente tem levado os profissionais da educação do Estado do Paraná e de outros estados da federação, que fazem uso da mesma prática perversa, à perda da saúde física e mental.

Assim, objetiva-se com esta pesquisa, contribuir para o debate acerca de como a Uberização tem afetado a profissão e a carreira dos professores na atualidade, revisitando autores dedicados ao estudo do avanço das políticas neoliberais principalmente na área da educação. Busca-se ainda, fazer um apanhado geral da história do avanço das políticas capitalistas no Brasil, com ênfase na área da educação.

## 2. Neoliberalismo

### 2.1 Conceito

Há certa dificuldade por parte de alguns intelectuais em conceituar o Neoliberalismo. Este é um tema que abrange diversas áreas do conhecimento e, com isso, as contradições e complicações ficam mais evidentes. Afinal, essas áreas detêm dicotomias ideológicas que caracterizam cada uma delas. Para conseguirmos nos orientar sobre essa definição há de ter dois entendimentos fundamentais para essa compreensão: O Neoliberalismo em sua essência de fatos históricos, e como a Globalização interfere na relação econômica, social, cultural e estrutural.

O Neoliberalismo nasceu em 1940, em resposta ao Keynesianismo e Socialismo, e também para renascer ideias do já superado Liberalismo econômico. As ideias neoliberais se caracterizam principalmente pela redução da participação do estado em questões econômicas, tais como as privatizações, a desregulamentação das relações de trabalho, o ajuste fiscal e monetário e a desregulamentação dos mercados.

As especificidades do Capitalismo encontram em suas inovações alguns caminhos que contornam as crises ou falta de acumulação de capital. Dado isso, a “emergência do neoliberalismo é a resposta a este processo de crise do regime de acumulação anterior” (VIANA,2008). O Neoliberalismo compreende que:

“...A liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais” (IANNI, 1998. p.28)

Com isso consegue-se compreender que o Neoliberalismo é o resultado de uma procura do Capitalismo por novas possibilidades de acumulação de capital. A primeira fase do Neoliberalismo foi a sua presença nos chamados países centrais. Após essas implementações, foi preciso exportar essa ideia a nível global. Tais políticas chegaram nas chamadas nações não-desenvolvidas de forma avassaladora na década de 90. Com uma realidade de crises econômicas, instabilidades financeiras e com uma gigantesca dívida externa com bancos do próprio eixo, esses países foram obrigados a se integrarem ao Neoliberalismo. Adotar essa política

trouxe diversas consequências.

Neste contexto, há uma precarização do trabalho e um aumento do desemprego, produzidos pelas alterações no processo de produção e reprodução do capital a nível mundial. As condições de vida desfavoráveis e o crescimento da miséria e da pobreza se generalizam, inclusive nos países imperialistas. O Estado neoliberal corrói as políticas de assistência social e reforça mais ainda as condições desfavoráveis para a maioria da população (VIANA, 2008. p.6)

Vale lembrar que a expansão do segundo momento do Neoliberalismo compatibilizou com o afloramento da Globalização que, por sua vez, se tornava cada vez mais uma regra no jogo mundial. Levando esse fato em consideração, abriram-se novos caminhos para a permanência e expansão do Neoliberalismo, portanto a aldeia global criou uma nova metodologia de organização espacial. O critério principal é a competitividade, bem como os itens de desregulação, de privatização e redução da intervenção do Estado nos processos econômicos.

## **2.2 Neoliberalismo e sua atuação no Brasil**

O neoliberalismo no Brasil avançou como uma resposta a duas décadas de crises financeiras e dívidas externas que assolaram toda a América Latina nas décadas de 70 e 80. Contudo, tais problemas foram fruto do próprio Imperialismo, através do endividamento dos países periféricos após a crise mundial do petróleo da década de 70. Apesar do Brasil ter sido o último país latino-americano a ser sugado por esse modelo, devido principalmente à luta incessante dos movimentos dos trabalhadores, como as grandes greves e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Brasil logo se adequou a essas ideias.

O Neoliberalismo expressou “um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado.(FILGUEIRAS, 2006. P.183).

Antes da análise de cada governo, e sua relação com o modelo Neoliberal no Brasil, é importante ressaltar três quesitos importantes para essa consolidação: 1) A ação de multinacionais com o impulso da Globalização, pois essas empresas terão grandes influências nas políticas sociais. 2) A criação da classe média, que irá defender as ideias neoliberais. 3) Uma incessante propaganda midiática em torno de

uma consolidação popular contra o estado intervencionista.

A análise começa pelo governo de Fernando Collor de Mello em 1990, seguindo os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, onde o Neoliberalismo teve mais abertura para consolidar suas vontades. Por último, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, onde o Brasil, pela primeira vez desde a restauração da democracia, se viu diante de um governo trabalhista, ao mesmo tempo que presenciava o desenrolar do modelo Neoliberal.

Apesar de ser mencionada algumas políticas que vão de encontro com as ideias do Neoliberalismo antes de 1990, como a privatização de algumas empresas estatais como América Fabril, a Companhia Química do Recôncavo e a fábrica de papel e celulose Riocell. Porém, é quase uma unanimidade entre todos os teóricos que o Neoliberalismo se efetivou em território brasileiro no governo Collor, enraizando-se na política brasileira daí em diante na forma de projetos estatais.

Para entendermos como o Neoliberalismo atuou no Brasil, é necessário compreender o contexto histórico desse momento. A eleição de Fernando Collor de Mello foi a primeira disputa eleitoral após a anos de ditadura, herdando a chamada década perdida. Esse período se caracterizou pelo baixíssimo avanço econômico em consequência da herança maldita deixada pelos militares, e a crise do capitalismo mundial na década de 70.

A primeira atitude Neoliberal de Collor foi a política econômica chamada Collor I, aponta que o “Plano Collor I anunciou a aurora da era Neoliberal, que tinha o combate a inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação Capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas”.

Apesar dessas medidas bruscas, a economia brasileira se mantinha em exceção, o desemprego continuava subindo, a taxa de juros permanecia elevada e, principalmente, as pessoas possuíam menos poder de compra. Enquanto isso, as privatizações aconteciam. “Em seu governo, Collor privatizou 18 empresas estatais, por um montante de 5.371 milhões de dólares, incluindo-se valor de venda e dívidas transferidas” (Filgueiras, 2000, p. 114).

Em 1991 foi lançado o plano Collor II, onde se viu uma extremidade em relação ao avanço do Neoliberalismo:

“este passa a adotar uma orientação marcadamente ortodoxa, baseada na alta taxa de juros, na restrição de crédito, no corte de gastos públicos, na

liberação da área financeira, na renegociação da dívida externa, estas últimas medidas visando favorecer a entrada de capitais e a melhora das relações com o sistema financeiro internacional (GREMAUD, SAES E TONETO JR., 1997, p.238-240).

Em 1992, a grande mídia noticiou as inúmeras denúncias de corrupção envolvendo o governo do então presidente do Brasil, dando voz à insatisfação dos trabalhadores e também da classe burguesa, ambos afetados pela instabilidade financeira daquele contexto. Sobrepujado pela força popular, Fernando Collor de Mello é impeachmado, perdendo seu posto para Itamar Franco, seu vice-presidente eleito.

Em 1994 é eleito o tucano Fernando Henrique Cardoso (PSDB) depois de uma vitória folgada ainda no primeiro turno contra o na época candidato, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Contudo, FHC já fazia parte das políticas econômicas do país no governo de Itamar Franco, participando do plano real. “O Plano FHC ou Plano Real consistia em uma série de mecanismos que visava a reorganização das três políticas macroeconômicas: Fiscal, Monetária e Cambial” (DIAS, 2019. P.66).

Anteriormente, o Brasil havia passado por diversos momentos de instabilidade monetária durante os governos da ditadura militar, José Sarney e Fernando Collor de Mello. Portanto, para a continuação de uma ideia neoliberal no Brasil, era necessário uma estabilização rápida dos preços, sendo eles:

“a) manutenção do câmbio sobrevalorizado frente ao dólar e outras moedas, de forma a estabilizar os preços internos e pressioná-los para baixo pelo estímulo à concorrência derivada do barateamento das importações; b) preservação e, se possível, ampliação, da “abertura comercial” para reforçar o papel do câmbio apreciado na redução dos preços das importações; c) o barateamento das divisas e a abertura comercial permitiriam a renovação rápida do parque industrial instalado e maior competitividade nas exportações; d) política de juros altos, tanto para atrair capital estrangeiro – que mantivesse um bom nível de reservas cambiais e financiasse o déficit nas transações do Brasil com o exterior, como para reduzir o nível de atividade econômica interna – evitando assim que o crescimento das importações provocasse maior desequilíbrio nas contas externas; e) realização de um ajuste fiscal progressivo, de médio prazo, baseado na recuperação da carga tributária, no controle progressivo de gastos públicos e em reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária) que equilibrassem “em definitivo” as contas públicas; f) não oferecer estímulos diretos à atividades econômicas específicas, o que significa condenar as políticas industriais setoriais e, quando muito, permitir estímulos horizontais à atividade econômica – exportações, pequenas empresas, etc., devendo o Estado concentrar-se na preservação da concorrência, através da regulação e fiscalização das atividades produtivas, principalmente dos serviços públicos (mas não estatais)” (SALLUM JR, 1999. p.33)

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por dois fatores

neoliberais, sendo eles: a vasta privatização de empresas estatais e o retrocesso em questões sociais:

1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores. 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica, tentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado. 3) Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas provisórias ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados destaques de votação em separado. 4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres. 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, é uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo. 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coréia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisetas, pastas, mochilas e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais. (OLIVEIRA,2004)

No ano de 2002 ocorreu uma mudança drástica de segmento político do país, diferentemente do que o Brasil já tinha passado em sua história. O século XXI trouxe consigo para a presidência o ex-metalúrgico e socialista, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele trouxe consigo alterações que se opuseram aos princípios neoliberais, resgatando a esperança popular nos campos social e político, todavia o Neoliberalismo continuou no Brasil, mesmo que com menos força.

O Partido dos Trabalhadores, desde seu surgimento na década de 80, sempre criticou e atacou o modelo neoliberal. Com isso, se tornou a principal voz dos críticos e pensadores brasileiros. Contudo, após ser eleito em 2002, o discurso do então governo distanciou-se de seu suposto alinhamento político, defendendo a ideia de que o modelo vigente não poderia ser alterado drasticamente. Acredita-se que tal pensamento foi destinado ao mercado e às elites, visando agradar algumas das continuidades neoliberais advindas ainda do governo FHC.

“Seguiu-se à risca o tripé econômico neoliberal que se baseia em juros altos/câmbio flutuante/superávit primário, ao qual se soma a “autonomia” do Banco Central em realizar políticas monetárias. Todo esse receituário foi seguido pelo governo Lula, que, em maio de 2003, mantinha a taxa de juros em 26%, estabelecia metas de superávit primário em 4,25%, e mantinha o câmbio flutuante”. (TRISTÃO, 2011. p.113)

Com isso, o governo Lula ficou marcado pela aderência do neoliberalismo por meio da liberdade dos grandes capitalistas, que tiveram a possibilidade de

estender seus “tentáculos” sem um ajuste governamental que lembrasse um país, ou um governo, contra a nova ordem mundial liberal.

### **2.3 Neoliberalismo e sua atuação na educação brasileira**

A lógica Neoliberal é obter lucro em todos os ramos do convívio social, e a educação não foge dessa lógica. É importante destacar que o Neoliberalismo traz consigo um entendimento onde os campos que anteriormente seriam sociais, ou direitos adquiridos, agora se convertem em produtos, em um campo mercadológico e financeiro. Todos esses campos precisam necessariamente obter lucros, sendo eles pela ordem pública ou pelo setor privado, e esse último irá sempre se sobressair.

Como dito anteriormente, a América Latina por sua totalidade sofreu com as políticas neoliberais esquematizadas pelos países centrais daquele momento. Os governos brasileiros nos anos 90 acabaram catapultando essa teoria com grande força na educação, com políticas públicas firmadas através da presença de organismos internacionais que ditavam as regras de como iria se formatar o padrão educacional no Brasil. Neste subtítulo irá ser exposto a atuação destes organismos internacionais na formatação de ações na educação brasileira, ficando para o próximo subtítulo as especificidades de cada governo.

Para compreender a atuação dos organismos internacionais no Brasil é preciso compreender os reais objetivos que vão dar essa continuidade:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.  
(MARRACH, 1996, p. 46-48)

O BIRD, a OCDE, e a UNESCO são alguns dos principais protagonistas na proposição de alterações nas políticas educacionais brasileiras, visando se aliar aos

ideários neoliberais. Cabe lembrar que esses organismos são agentes Imperialistas a favor do modelo de acumulação de capital, ou seja, entende-se que esses organismos irão agir ao lado do Neoliberalismo e logicamente defender o lucro mercadológico mundial, deixando evidente o jogo de interesses entre os participantes. Enquanto os países ricos dão auxílio em aportes financeiros como empréstimos e redução de juros da dívida externa, os países beneficiados precisam entregar suas atuações públicas e sociais para os países ricos.

A presença dos organismos internacionais influenciou e continua influenciando diversas mudanças nas estruturas escolares brasileiras. A primeira a ser mencionada deve ser as avaliações de larga escala, pois a partir desse modelo todos terão ideias mais clara de como se comporta e atua a educação brasileira

“Nesse contexto, inserem-se as políticas de avaliação em larga escala; é por meio delas que se buscarão formas de garantir a eficiência e a produtividade. Assim, o Estado passa a ser o principal agente regulador no campo educacional. A orientação do Banco Mundial refere-se à adoção de critérios gerenciais e de eficiência, para que seja alcançada a almejada a “qualidade da educação”. O Banco Mundial refere-se ao conceito de qualidade formulado por economistas, que é específico do mundo dos negócios, em sua proposta de reforma educativa” (PASINI, 2020. p.5)

Foram criados, a partir da redemocratização brasileira, diversos programas que visavam um estudo mais aprofundado sobre qual estágio estaria até então a educação, exemplos como o SAEB, SAEP, SARESP, entre tantos outros. PASINI (2020) explica que os objetivos dessas organizações se baseiam em três pilares importantes, sendo eles: gerencialismo, performatividade e regulação. O gerencialismo cria um ambiente adequado para desenvolver a cultura da performatividade no espaço educativo.

Com isso, aumentam os índices de escolaridade, mas se agravam as desigualdades sociais de acesso ao saber, pois à escola pública é atribuída a função de incluir populações excluídas ou 105 marginalizadas pela lógica neoliberal, sem que os governos lhe disponibilizem investimentos suficientes, bons professores e inovações pedagógicas (LIBÂNEO, 2012, p. 25)

Dessa forma, considera-se consolidado o fato que a educação brasileira foi, e continua sendo, severamente atacada e influenciada pelo Neoliberalismo. Seja por meio dos organismos internacionais, supracitados, seja pelos agentes internos a serviço do capital financeiro. Esses agentes podem ser encontrados em diferentes espaços enaltecidos pela mídia, como o grupo chamado: “Todos Pela Educação”, fundado em 2006 e mantido integralmente por doações da iniciativa privada, sob o pretexto de contribuir para o avanço das políticas públicas e até na própria

conformação do congresso nacional, hoje constituído de uma bancada da educação, composta por integrantes de diversos setores e partidos.

Embora a Frente Parlamentar Mista da Educação possua em seu conselho consultivo membros da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), é majoritariamente formada por pessoas ligadas a grupos neoliberais com interesses capitalistas na educação, como a Fundação Lemann, a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Natura, o Itaú Educação e Trabalho e o Itaú Social, além do Serviço Social da Indústria (SESI), entre outros.

### 3 Política educacionais no Brasil

#### 3.1 Década de 80 e 90

Os anos 80 foi o período de início de dois elementos de um mundo cada vez mais unificado e Capitalista, sendo eles a Globalização e o Capitalismo, ambos em sua mais pura essência estrutural atual, o Imperialismo. Tende-se a destacar o momento histórico vivido pelo Brasil na década de 80, que se encontrava na transição de um regime ditatorial de 64 para um regime democrático que resultou na Constituição de 1988, tendo eleições livres e diretas.

O momento histórico mundial também há de ser lembrado. Como dito anteriormente, o mundo começava a ser cada vez mais capitalista, e esse Capitalismo a partir de agora começa a andar de mãos dadas com o imperialismo dos países centrais. Sendo assim, os países ditos de terceiro mundo se tornaram presas fáceis para a implementação desse novo sistema e, a partir disso, os países periféricos iniciaram sua adequação a uma nova ordem mundial.

Como já mencionado, a década de 90 ficou marcada pela introdução do Neoliberalismo no Brasil, seguindo as cartilhas do Consenso de Washington, e isso nos colocou na seguinte posição referente ao ensino: A educação se tornou apenas um preparo para o mercado de trabalho. Ela perdeu a criticidade ou a aprendizagem emancipadora como sua principal função. As escolas e as instituições de ensino passaram a agir intrinsecamente como um posto de trabalho. Esse caminho foi o principal pilar do Neoliberalismo na educação, colocando-se como um consenso entre todas as camadas da sociedade.

O governo Collor (1990-1992) deu ênfase em três principais políticas educacionais, sendo elas: o PNAC (1990), o programa de ação do governo Collor na área de educação (1991-1995) e Brasil: Um projeto de reconstrução nacional (1991).

Após alguns anos, outro governo neoliberal toma posse no Brasil, dessa vez em 1994, na figura de FHC. Seu governo deu continuidade aos moldes educacionais neoliberais, e suas políticas no ramo educacional ficaram marcadas pela:

[...]dimensão talvez mais profunda e de consequências mais graves situa-se no fato de que o governo Fernando H. Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção

educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade estejam no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação. (Frigotto e Ciavatta, 2003, p. 108)

O momento em que Globalização torna e modifica os parâmetros políticos, uma Globalização cada vez se fazendo como uma ordem indiscutível em um mundo tomado pelo Capitalismo, é compreensível que o principal motivo que o Capitalismo viva e renasça a cada momento é a sua força de auto regeneração através das técnicas políticas e físicas, essas técnicas se tornam cada vez mais tecnológicas e com uma era industrial pautada pelo descobrimento de mais tecnologias que no qual possibilita a criação de maior rendimento lucrativo. É primordial que se crie condições para que essa lógica de preparo se expanda para dentro dos muros das escolas, lugar ideal para disseminação de suas ideias.

O modelo educacional tecnicista ainda se perpetuava no Brasil, o único e primordial diferencial é que muitas dessas ideias vão estar vindos de organismos internacionais fazendo uma junção com o Imperialismo. Outro aspecto importante a ser mencionado é a descentralização que o governo fez em dois ramos: o primeiro é a distribuição de atributos que deveriam ser estatais para o poder privado e o segundo é a menor centralização do governo federal, atribuindo aos estados e municípios algumas responsabilidades.

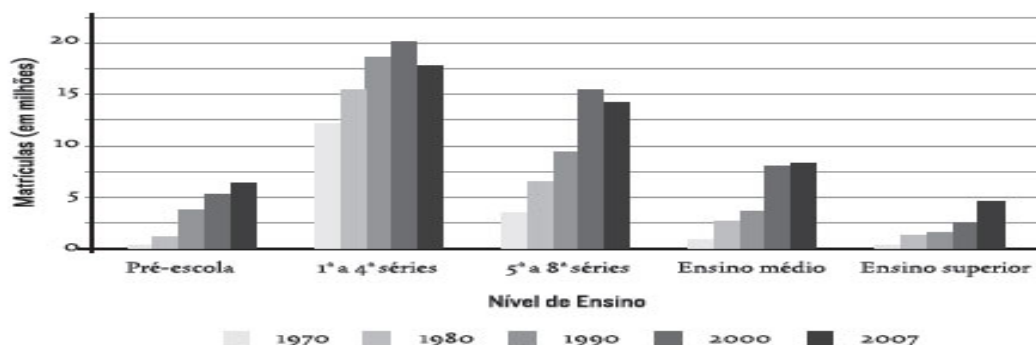
No programa educacional do PSDB, consegue-se notar qual será a linha educacional de FHC, fica evidente suas pautadas voltadas aos organismos internacionais:

“A diversidade trazida pelas novas tecnologias, a informatização das comunicações e serviços, os novos padrões de consumo e produção, novos estilos de vida estão a exigir, mais do que treinamento no uso de ferramentas tecnológicas específicas, maior capacidade de aquisição de conhecimento e de compreensão das ideias e valores. A Educação é, hoje, requisito tanto para o pleno exercício da cidadania como para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico, e elemento essencial para tornar a sociedade mais justa e integrada” [CARDOSO, 1994, p.107-108].

No gráfico a seguir consegue-se observar que apesar das políticas Neoliberais presentes na educação as matrículas aumentaram em relação às

décadas anteriores e isso é primordial para o desenvolvimento das metas de um governo que apenas tem como principal objetivo formar novos trabalhadores para o mercado de trabalho. Pode ser que as matrículas tenham aumentado, mas não é de forma alguma o tratamento ideal para uma educação emancipadora.

**GRÁFICO I**  
Evolução do número de matrículas, por nível de ensino — Brasil (1970-2007)



Fonte: "Saindo da Inércia?". Boletim da Educação no Brasil. preal/Fundação Lemann, 2009.

Fonte: "Saindo da Inércia?". Boletim da no Brasil. preal/ fundação Lemann, 2009.

### 3.2 Década de 2000

O início do século XXI trouxe consigo na presidência Luiz Inácio Lula da Silva e toda uma ideia mais guiada para esquerda pela primeira vez no poder do Brasil. Lula sem dúvidas nenhuma conseguiu organizar muito bem a economia brasileira através de um mercado consumidor mais forte, uma indústria pujante, vitórias nos campos sociais e ainda conseguiu se desvencilhar de uma forte crise mundial de 2009, mas na educação, Lula conseguiu sair das políticas públicas que ele tanto criticou? O neoliberalismo apesar de um governo crítico no poder conseguiu continuar presente?

É importante destacar o consenso que já existia na época em relação como a educação deveria se portar em um mundo neoliberal, essas afirmações foram estabelecidas pelos organismos internacionais e foram implementadas uma aceitação no senso comum, ou seja, no povo. SALERNO E RISSI (2019) destacam duas, sendo: A compreensão que o problema da falta de qualidade na educação era puramente administrativo, com o poder privado organizando grande parte desses obstáculos seriam sanados. A segunda ideia é que a educação seria responsável

por formar cada vez mais trabalhadores, com um mundo cada vez mais competitivo e uma nova indústria pujante é fundamental a criação de novos operários habilitados a essa nova realidade.

[...] direcionou-se a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o trabalho, com uma visão meramente tecnológica e, por outro lado, usou-se também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012 s/d, p. 4).

Como dito anteriormente, o governo Lula (2002-2010) ficará marcado na história como um governo preocupado com as questões sociais. As discussões em torno dos coletivos afetou diretamente ou indiretamente a educação, o maior exemplo é o programa Bolsa Família, um dos quesitos básicos para o acesso era a matrícula das crianças em uma instituição de ensino.

. Todos esses saltos positivos também nos remete a algumas críticas desse período, a maior sendo, que apesar da diminuição da pobreza houve também um aumento dos ricos, demonstrando que o Neoliberalismo ainda se fazia presente com intensamente no Brasil.

No que tange a educação, o governo Lula se destaca pela: “Democratização do acesso à Universidade pública, pela valorização dos docentes com o PSPN, pela criação do FUNDEB” (Lementino, 2023. p. 12), além de políticas que visavam a entrada e permanência dos estudantes nas escolas.

Para conseguir se eleger em 2002, Lula teve que fazer alianças em todos os campos políticos, dos Comunistas aos empresários e isso acarretou em uma “dívida” do governo já no começo de seu mandato com esses agentes. Mas como isso afetou a educação? As políticas de avaliação em larga escala advindas do governo FHC continuaram no governo Lula e isso gerou críticas pela continuação da ideias neoliberais:

O modelo de Estado Avaliador ou da “governança de resultados” supõe igualmente que os objetivos e os programas do sistema de ensino sejam definidos de maneira central e que as unidades de ensino tenham uma grande autonomia de gestão pedagógica ou financeira. Por outro lado, essas últimas são submetidas a contratos. O Estado central negocia com as entidades locais (como estabelecimentos escolares) “objetivos a se atingirem”, delegando, para tanto, responsabilidades e meios aumentados, que se inscrevem nas missões gerais promovidas pelas instâncias públicas de tutela, levando em conta o público ou o contexto local da escola. Além disso, um sistema de avaliação externa das performances dos estabelecimentos e um sistema de encorajamentos simbólicos ou materiais, até mesmo de sanção, são implantados para favorecer a melhoria das performances e o respeito ao “contrato” assinado

entre o Estado e os estabelecimentos ou entidades de um nível superior (MAROY, 2011).

Acima foi mencionado o fato que durante o governo Lula os ricos conseguiram cada vez mais aumentar suas fortunas, (Salerno e Rissi, 2019) apontam que isso também chegou na questão educacional quando Lula fez parcerias com os setores privados, o exemplo mais escancarado dessa situação é o PROUNI. Essa estratégia possibilita uma maior vantagem em questões de vagas aos alunos, mas aumenta cada vez mais o lucro do setor privado com o auxílio do setor público.

Esse é um dos fatores que afirmam que apesar dos governos de esquerda do Brasil terem criticado e agido contra as políticas neoliberais, principalmente quando eram opositores, não conseguiram se desvencilhar totalmente dessa política pois a presença de agentes privados em espaços públicos é uma das principais, se não a maior característica do Neoliberalismo.

### **3.3 Década de 2010**

Fica nítido que os principais objetivos dos governos de esquerda no Brasil eram fortalecer as políticas de acesso ao ensino público e a permanência desses estudantes, mas tem ficado claro que houve diversos problemas nesse plano de inclusão educacional. Em 2010, Lula conseguiu eleger Dilma Rousseff, no qual seguiu os mesmos caminhos nos ramos educacionais que Lula. O ponto negativo das políticas educacionais do governo Dilma fica atrelado a continuação das chamadas avaliações de larga escala.

“a generalização de indicadores comparativos de resultados a partir das avaliações em larga escala tem acarretado na burocratização do controle e na saturação das atividades pedagógicas do/a professor/a por cumprimentos formais, que absorvem sua atenção e seu tempo, em prejuízo da atenção aos/às estudantes” (CLEMENTINO e OLIVEIRA,2023.p.8)

Em relação aos aspectos positivos, esses ficam a cargo de duas importantes mudanças. A primeira é a participação mais intensa das minorias em políticas educacionais. A segunda é a criação do relatório final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 que estipulou metas educacionais e dentro dessas metas estão:

“papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional, qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação, democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar, formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação, financiamento da Educação e Controle Social, justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade” (CONAE, 2010.p.14).

Em 2016 ocorreu impeachment de Dilma Rousseff após um trâmite totalmente confuso e no mínimo suspeito, Michel Temer (PMDB) até então vice presidente de Dilma conseguiu o poder e consigo traz um pensamento totalmente voltado ao Neoliberalismo, o que antes nos governos esquerdistas essas políticas eram um fardo a ser carregado, agora o Neoliberalismo se torna um importante aliado, acredita-se ser o início do processo de desmantelamento das políticas sociais educacionais brasileiras. A partir de agora, nesses governos de centro-direita o Neoliberalismo se torna uma regra, principalmente na educação. Nota-se que há toda uma atmosfera onde se acreditava que o estado deveria ser mínimo. A maioria da população brasileira defendia que o problema do Brasil era o estado inchado e seus políticos, muito por conta dos grandes casos de corrupção estatal nos anos anteriores, campo favorável para o avanço do Neoliberalismo. No ramo empregatício, ocorreu a reforma trabalhista onde trabalhadores perderam seus direitos e é neste momento que há um aval para o avanço da Uberização do Trabalho. A aderência dos postos de trabalhos temporários e sem direitos começaram e se estenderam até os dias atuais, tudo isso seguindo uma agenda de privatizações desenfreadas.

No campo educacional as políticas de Temer se destacaram pela volta do tecnicismo sem limites, pela constante presença de falas de depreciações dos espaços públicos, pela reforma do ensino médio e pelo chamado movimento “Escola sem partido” , movimento esse defendido pela extrema-direita no qual era aliada ao governo Temer (Araújo, 2021). Irei se atentar apenas a uma dessas políticas errôneas do Michel Temer, a Lei 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017 ( Novo Ensino Médio). Nessa nova lei surge já de maneira autoritária. Antes do projeto de lei, esses mesmo atributos foram duas vezes delimitados pelo governo através de medida provisórias, mas é de notório saber mesmo se não fosse de maneira autoritária receberia grande apoio das massas populares, pois a mesma estava vendada apoiando tudo aquilo que não fosse do PT. O Novo Ensino Médio é caracterizado

pela:

“[...] baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país; a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação. Como indicam os índices publicados na grande mídia, é correta a avaliação feita pela Lei a respeito da baixa qualidade do Ensino Médio (problema que, no país, não se restringe a essa etapa da educação básica e vem se arrastando por longo tempo). Todavia, a segunda justificativa, que se apresenta com uma forma de resposta à primeira, é equivocada por atribuir o abandono e a reprovação basicamente à organização curricular, sem considerar os demais aspectos envolvidos: infraestrutura inadequada das escolas (laboratórios, bibliotecas, espaços para EF e atividades culturais) carreira dos professores, incluindo salários, formas de contratação, não vinculação desses a uma única escola; (FERRETTI, 2018. p.26).

Como dito anteriormente a construção do pensamento educacional brasileiro após a formulação do Neoliberalismo como política hegemônica mundial segue parâmetros onde acredita que os conceitos Capitalista necessariamente precisam estar inseridos em todos os campos públicos, a concretização do Novo Ensino Médio talvez seja a maior investida do Neoliberalismo nos campos educacionais e catapultou ideias que iriam resultar em um grande retrocesso para a educação brasileira.

O grande objetivo da formulação do Novo Ensino Médio é a alteração da LDB, documento que rege todos os currículos do ensino básico brasileiro. Uma das alterações que mais chamou a atenção negativamente foi a alteração da carga horária para 800 horas tanto no ensino fundamental quanto para o ensino médio, levando em consideração que com isso as escolas teriam que aderir ao ensino integral, a crítica fica por conta da exclusão que esse novo projeto proporciona aos alunos que frequentam os colégios no período noturno já que a maioria desses estudantes tendem a ser trabalhadores nos períodos vespertino ou matutino.

Outro ponto a ser mencionado é o ensino tecnicista instaurado, essa nova lei propõe que as horas do ensino médio deverão ser de 3.000 horas, sendo 1.800 de disciplinas obrigatórias como Português, Matemática, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Física e Química e as outras 1.200 ficarão a cargo das horas optativas, o

chamado itinerário formativo. Com isso, fica claro o quanto essa nova lei tem caráter Neoliberal, a escola se torna um mero instrumento na construção de novos trabalhadores para o mercado de trabalho, deixando a criticidade das disciplinas obrigatórias de lado e os professores dessas disciplinas sem aula a cada ano que passa, no qual são substituídas pelas disciplinas optativas, que como a própria lei dita, podem ser ministradas por pessoas de notório saber, sendo assim:

“O novo modelo educacional não está centrado em uma tentativa de potencializar possíveis talentos ou formar seres críticos/pensantes, a lógica neoliberal dentro do meio escolar está focado no recuo estratégico do capitalismo em capacitar os indivíduos ainda em idade acadêmica, possibilitando uma maior produtividade no mundo do trabalho.” (HEBERT, SILVA, DOS SANTOS, 2023. p.77)

Em 2018, ainda com um sentimento de repulsa ao esquerdismo por conta ainda da chamada “Operação Lava-Jato”, o povo brasileiro elegeu Jair Messias Bolsonaro (PSL). Deputado a mais de 20 anos, Bolsonaro consegue se eleger com pautas voltadas à moralidade do conservadorismo e do ultra direitismo. Neste período o Brasil teve grandes retrocessos nas questões sociais, muitas delas sendo atacadas diretamente pelo chefe do executivo que sempre flertou com pautas autoritárias.

Já que foi mencionado a pauta moral nada melhor que começar citando essa esfera dentro da educação. Historicamente os agentes educacionais tendem a se de esquerda, tanto na escola pública quanto nas Universidades, esse fato sempre incomodou demais os direitistas e com o poder se fez necessário ações desses agentes políticos contra as chamadas “doutrinações”, houve esse primeiro passo ainda em campanha que foi logo aceito pela maioria da população brasileira fortalecendo o programa “Escola sem Partido”, esse fato gerou uma repulsa muito grande em direção aos agentes educacionais, primeiro ato que afronta uma educação de qualidade.

A educação no governo Bolsonaro além de ter uma corrente Neoliberal terá uma corrente fundamentalista religiosa, além do estado educacional ter que formar futuros trabalhadores ele deveria tornar futuros trabalhadores disciplinados. Assim surgiram as escolas militares ou as escolas cívico-militares que foram aceitas por diversos governadores, troca-se a criticidade e o aprendizado do aluno por uma

disciplina militar.

## 4. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

### 4.1 Conceito e consequências

A apresentação de como foi construída a lógica Neoliberal primeiramente no âmbito internacional para posteriormente no âmbito local e como cada governo tratou a educação é essencial para o segmento deste trabalho, pois somente com a abertura econômica mundial influenciada pelos agentes do Neoliberalismo foi possível o surgimento da Uberização do trabalho.

Como mencionado anteriormente, o mundo sempre se organizou em diversos modelos de relação trabalhista, a mais nova e mais tecnológica dessas relações é denominada “Uberização”, derivado da empresa *Uber* que foi pioneira nesse novo modelo de trabalho. Observando a caracterização desse modelo, o senso comum se curva a esse atual padrão não vendo problemas, pelo contrário, só vislumbra qualidades principalmente pela sua praticidade e rapidez. Porém o que se esconde na realidade é uma crueldade com seus trabalhadores, nos quais, cada dia que passa essas pessoas perdem seus direitos e convivem diariamente com a incerteza do amanhã. Franco e Ferraz(2019) explicam didaticamente essa situação:

“A Uber desenvolveu uma plataforma digital disponível para smartphones que conecta os clientes aos prestadores de serviços. A empresa atua na promoção de atividades de transporte urbano e difere dos demais concorrentes do segmento por meio de elementos como: preço mais acessível em relação aos táxis convencionais; vinculação do percurso ao trajeto indicado no GPS da telefonia móvel; maior capacidade de controle sobre o prestador de serviço; e pagamento do serviço de transporte diretamente lançado no cartão de crédito do passageiro. Sem qualquer vínculo empregatício, os motoristas da Uber trabalham como profissionais autônomos e assumem diversos riscos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e por eles integralmente se responsabilizando. Levando em conta que o Direito do Trabalho brasileiro recalitra em classificar o motorista como empregado – esse trabalhador está, além de impelido a investir nos instrumentos de trabalho, desprotegido nessa relação de trabalho.” (FRANCO e Ferraz, 2019. p.2)

Historicamente a classe trabalhadora lutou demasiado por seus direitos principalmente no final da década de 70 e início da década de 80 com as grandes greves em São Paulo que paralisaram as fábricas na busca de melhorias salariais. Essas greves desencadearam no Brasil o sentimento de protesto e após esse período diversos outros movimentos trabalhistas se fortaleceram país afora. Porém

também é notável que nos últimos anos essas reivindicações vêm desaparecendo, a presença Neoliberal constante em nosso país trouxe consigo algumas amarras que fazem com que os trabalhadores fiquem mais acometidos, seja pelas fortes crises financeiras que afetam a América Latina e isso resulta em um medo extremo do desemprego, pela afirmação psicológica mantida no senso comum onde acredita-se que os detentores dos meios de produção sejam indivíduos que prestam favores com as disponibilidades de empregos. Na mídia é reproduzido essas mensagens que levam os trabalhadores a uma eterna vassalagem, “tal empresa investe milhões e milhões no Brasil”, notícias como essa esconde o real interesse desses conglomerados nos países periféricos, que no caso é a manutenção de suas empresas em cima dos trabalhadores que tem o menores salários e menos direitos que o seu país natal, é a divisão internacional do trabalho fazendo suas leis.

A situação e manutenção da Uberização do trabalho no Brasil se faz necessário na lógica Capitalista, trabalhadores exercem suas funções em carros e motos sem nenhum vínculo trabalhista, ou seja, a grandes multinacionais ganham suas fortunas sem sequer oferecer esses fundamentos básicos, o trabalhador se vê em uma situação onde ele terá que oferecer suas ferramentas de trabalho. No caso da *Uber* o trabalhador disponibiliza o carro, celular, seguro e se porventura algo der errado tudo ficará a cargo desse trabalhador, esse colaborador também irá ter se sujeitar a se expor a insegurança e de novo sem nenhuma garantia por parte da empresa, pelo ao contrário o próprio aplicativo oferece esses serviços com preços maiores do que seus concorrentes.

Fontes (2016,p.58) explica com clareza a sensação de autonomia proporcionada pelas plataformas para com as pessoas que oferecem seus serviços por meio desses aplicativos:

Para além do credenciamento e do localizador, não há controle direto próximo aos trabalhadores: Não há jornada de trabalho combinada ou obrigatória, nem limites para ela, tampouco dias de repouso remunerado. Estes se sabem trabalhadores, mas não se consideram como tal, mas como prestadores de um serviço casual, mesmo sendo movidos pela mais dramática necessidade. De fato, eles não têm um emprego, mas uma conexão direta de entrega do mais-valor aos proprietários capazes de lhes impor um processo de produção de valor pré-estabelecido[...]. (FONTES, 2016.p.58)

Como se vê, outro aspecto negativo é a falsa noção de empreendedorismo que essa relação de trabalho passa e é aceita pelos trabalhadores, essa falsa noção

faz o colaborador pensar que é dono de uma empresa, fazendo o seu próprio horário de trabalho com disponibilidades que um emprego formal às vezes não possibilitaria, mas o que ocorre são fatores totalmente diferentes.

O trabalhador se vê obrigado a trabalhar muito mais por conta da baixa quantia dada pelos aplicativos e assim passa-se os anos e mais empresas desse ramo começam a emergir e mais trabalhadores são afetados. Muitos teóricos que estudam sobre esse processo tendem a afirmar que a *Uber* e outras empresas desses ramos conseguem tal feito de sucesso na lucratividade pelo fato de se ter poucas legislações que freiam essas ocorrências, afirmação essa que discordo em partes. É claro que as leis são muito brandas neste assunto, mas o que deveria ser levado mais a sério é o fato que a força neoliberal é tão grande juntamente com o padrão Capitalista e isso faz com que seja impossível mesmo com legislações ou leis freiam esse movimento de abertura total, o exemplo claro disto são as profissões que anualmente perdem seus direitos e garantias não só no Brasil como no mundo todo, mesmo formalizadas e com todas as garantias com legislações e leis feitas não conseguem fugir de um dos principais pilares do Neoliberalismo, a depreciação trabalhista e perdas de direitos.

O modelo de Uberização do trabalho não se limitou apenas aos aplicativos, expandiu-se para os agentes privados e aquilo que parecia ser impossível de acontecer, espalhou-se para o setor público. Com isso, fica o questionamento: “como uma empresa do ramo digital chegou ao poder público e como atua?”.

Quando se trabalha com o termo “Uberização” estamos nos referindo a precariedade que esses moldes trabalhistas trazem consigo, por exemplo, sabemos que uma das características do trabalho uberizado, se não a maior é a incerteza do emprego, incerteza essa que chegou aos professores temporários contratados sob o regime de PSS. Esse tema será mais trabalhado no próximo item no qual se busca compreender melhor as facetas da Uberização do trabalho e as transferências dos males desse modelo a outros ramos trabalhistas, especificamente o da educação.

## **4.2 A Uberização docente**

Os breves recortes históricos feitos neste trabalho são essenciais para situar a atuação do Neoliberalismo na sua função que acarretou na Uberização do Trabalho Docente. Essas opções políticas vieram a resultar em acontecimentos que

talvez nunca mais sejam revertidos. Com a lógica Neoliberal sendo a principal regra política desde da década de 90, a precarização do emprego se tornou algo corriqueiro, principalmente na região sul do mundo. Nos chamados países subdesenvolvidos a Uberização se tornou a face mais atualizada da precarização trabalhista e não se limitou apenas a ter sua atuação em empresas privadas, ampliou seus negócios para os órgãos públicos, inclusive na vida dos professores. Podemos definir primeiramente que a Uberização do Trabalho Docente é uma referência a similaridade que diversos docentes têm em relação aos trabalhadores que vivem na realidade da Uberização através da precarização trabalhista.

O primeiro ponto a destacar em relação a característica da Uberização do trabalho docente é a forma de contratação, os professores são contratados através de Processos Seletivo Simplificados mediante a contratos pré-estabelecidos e com isso surge o primeiro problema dessa relação de trabalho, a instabilidade. Esse tipo de contratação gera um grande desconforto pois não garante certeza de continuação trabalhista nem a curto e nem a médio prazo. Além desses professores que ficam durante anos exercendo suas funções de acordo com o contrato temporário, existem aqueles que substituem os efetivados por alguns dias ou meses, precarizando ainda mais o trabalho docente e a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas estaduais. O professor contratado sob o regime “PSS” é condicionado a um trabalho temporário:

“...pois recebe uma determinada carga horária de horas-aulas para serem ministradas em diferentes escolas, não possuindo assim, autonomia para se fixar e permanecer em determinado colégio (conforme seu interesse e vontade) ou possuir vínculos com a administração e com o corpo docente, assim como é, também, com outros professores que possuem uma disciplina com a carga horário reduzida. Tal fato apenas corrobora para a criação de um professor desvinculado dos objetivos da escola, da comunidade e dos alunos, pois já que não pode permanecer nela também não tem interesse em conhecer de suas causas, metas, dificuldades e objetivos. O professor sob-regime “PSS” não cria uma identidade com o colégio que leciona” (LINO, 2012. p.30)

Outro ramo de professores são os chamados professores eventuais, nestas ocasiões os professores sofrem ainda mais com o dismantelamento de suas profissões, alguns estados abrem editais onde os professores são os famosos “tapa buracos”. Esses profissionais muitas das vezes ficam em portões de colégios próximos a suas residências ou na espera de uma ligação caso um professor tenha faltado, não necessariamente irá ministrar as aula da disciplina no qual é formado, ele irá dar suas aulas de acordo com a demanda da escola e assim o professor não

será um agente educador e sim um agente disciplinador. Esse fato vai se dar ao contrário do que rege a formação pedagógica do professor, afinal, esse profissional estudou boa parte da vida para conseguir em certo momento colocar em prática seus ensinamentos mas a estrutura política que deveria ser o órgão que estimula essa situação se coloca em um lugar de vilão contra os professores.

A falta de autonomia também é uma das características da precarização atual da educação. O exemplo mais claro dessa mazela é os conteúdos já produzidos pelos estados para a utilização nas aulas, através dos slides. Esses conteúdos reforçam o método conteudista adotado pelos estados, onde visam apenas a reprodução de conteúdos sendo essa a única maneira viável para o alcance do sucesso pedagógico. Os estados adotam medidas de controle de acesso do professor a esses conteúdos, caso o docente não utilize os slides eles são advertidos pela direção, anulando qualquer ação do profissional da educação na busca de outros métodos de ensino.

A falta de estabilidade trabalhista e a retirada de direitos faz com que os professores busquem outras formas de renda e estas também remetem à Uberização do trabalho. A primeira a ser mencionada é a busca por empregos em redes privadas de ensino, resultando em alto número de aulas e mais horas trabalhadas, acarretando em uma precarização da aula por conta de sua exaustiva carga de trabalho. Outro caminho escolhido pelos professores é a venda de seus trabalhos online, nas plataformas EaD. Com as tecnologias, foram criadas diversas plataformas nas quais os professores fazem seus cadastros e estipulam um valor no qual pode até ser negociado, lembrando muito as plataformas como *uber* e *ifood*, é notável que o professor não é mais um agente de transmissão de conhecimento, agora ele e seus conhecimentos se tornam um produto em uma prateleira que está suscetível a preços que terceiros irão determinar.

Além da precarização da forma de contratação, há perdas significativas nos direitos dos trabalhadores docentes, como:

"atuação em área distinta da formação profissional; formação inadequada ou inconclusa; grande quantidade de escolas e elevada carga horária de trabalho; desenvolvimento de ocupações profissionais extras; distinção/discriminação no local de trabalho; tempo de contratação como temporário; ausência de sindicalização e participação de organizações e lutas de classe; insegurança; incerteza quanto ao futuro profissional; instabilidade no emprego; rotatividade; desvalorização profissional e social." (Ferreira e De Moura Abreu, 2014. p.132)

Além das perdas trabalhistas deve-se levar em consideração também a perda da autoestima desses professores. Por serem temporários há uma certa discriminação até mesmo dentro dos muros da escola por este profissional não ser efetivo. Desse modo, esses possuem dificuldade em se sentirem parte daquela classe e da própria escola, uma vez que, muitas vezes, desde do início do seu contrato, é informado a estes, que estarão ali, somente para substituir algum outro profissional e que sua presença será por um tempo determinado. Por essa e outras razões, cada vez mais profissionais da educação têm sofrido com problemas de saúde frequentes, decorrentes do stress da sala de aula, da perda da autonomia e do péssimo ambiente de trabalho oferecido sobretudo por meio de salas superlotadas e estrutura deficiente. Se isso não bastasse, a perda dos direitos trabalhistas e a incerteza da carreira, acentuadas com as políticas públicas educacionais neoliberais adotadas nas últimas duas décadas pelos sucessivos governos do Estado do Paraná, tem afetado diretamente o ofício e a saúde dos professores. Dessa forma, conseguimos notar que as perdas desses profissionais da educação se dão em vários âmbitos, desde do momento em que não conseguem planejar suas vidas, tendo seus direitos diminuídos, até o momento em que estes não se sentem parte da classe dos professores e mal conseguem exercer seu ofício com dignidade e respeito a sua profissão.

Devido à enorme pressão exercida na carreira docente, o Neoliberalismo e seus agentes, têm conseguido alcançar um dos seus principais objetivos, a separação e o enfraquecimento das classes trabalhadoras. Os formatos de contratação precarizados apresentados, divide simultaneamente os professores em dois grupos: O primeiro grupo formado por professores temporários que irão lutar por direitos em relação a essa precarização do trabalho como por exemplo, a luta por novos concursos públicos, por salários mais justos, por mais estabilidades, enquanto isso os professores concursados irão se atentar a outros tipos de luta, como por exemplo projeção de carreira, aposentadorias, licenças especiais etc. Esse tipo de divisão enfraquece cada vez mais a classe, e os professores temporários ficam cada vez mais solitários em suas lutas. Se compararmos os dois grupos de professores, contratados pelo regime de PSS e os do Quadro Próprio do Magistério (QPM), o quadro geral mostra situações diferenciadas,

Muito mais vantajosas aos professores efetivos, algo legítimo e de direito, fruto de lutas e conquistas. A estabilidade na carreira e os 149 ganhos

progressivos lhes permitem planejar suas vidas, tirar licenças para estudar ou, ainda, fazer tratamento médico sem se preocupar se terá trabalho no ano letivo seguinte, pois seu trabalho está assegurado” (NAUROSKI,2014)

Essa divisão da classe juntamente com todos os problemas mencionados determina uma situação de extrema preocupação para esses trabalhadores da educação. A não possibilidade de mudanças ocasionada pela infiltração massiva de políticas neoliberais no pós-pandemia, fazem com esses profissionais se encontrem em situações cada vez mais degradantes e preocupantes, do ponto de vista da saúde.

A partir do momento em que a classe trabalhadora sendo ela de qualquer ramo se encontra em circunstâncias de imobilização social os agentes homogêneos que detêm os poderes políticos se veem em uma condição de avançar com seus projetos e isso acontece atualmente com os professores, que ficam em um grande dilema: Luto por meus direitos e corro o risco de não trabalhar ou aceito as condições degradantes e pelo menos tenho uma renda no final do mês, certamente o trabalhador irá optar por seu emprego, mesmo que seja injusto.

O modelo de educação precarizada Neoliberal é algo que afeta todos os profissionais da educação, incluindo os concursados, QPM e os PSSs. Além disso, a sociedade, como um todo, também é afetada, afinal, é na escola que se espera que sejam construídos, alguns dos valores e conhecimentos responsáveis pela orientação das próximas gerações de pessoas. Que tipo de escolas essas políticas têm promovido? Que potenciais estão sendo estimulados? A formação básica que as pessoas estão recebendo está adequada? Como o modelo neoliberal afeta esta e outras questões que influenciam diretamente na sociedade que almejamos?

As políticas adotadas pelos governos Neoliberais sempre de um modo ou outro influenciaram negativamente a educação, como vimos nos capítulos anteriores. Se é assim, então por qual razão os estados adotam políticas de precarização educacional mesmo sabendo da importância social promovidas pelos professores? Como estimular as famílias a compreender o que se passa por detrás dessas políticas?

(Watzek, 2021. p.4) aponta que em um passado recente a figura do professor tinha um status de conhecimento, cultura e prestígio junto à sociedade, mas isso se modifica no projeto Neoliberal, o professor é visto atualmente, como um fardo a ser carregado pois seus salários “afetam” a economia do estado. Mesmo

com a consciência por parte dos estados da união de que esse tipo de contratação gera uma precarização do trabalho e automaticamente a precarização do ensino público que deveria ser de qualidade esses tipos de políticas continuam avançando:

“Essa contradição ao denunciar a estratégia do poder público para lidar com as políticas salariais e de carreira inerentes ao servidor estatutário, ao estabelecer condições mais desfavoráveis aos não efetivos para, justamente, arcar com o reconhecimento daqueles. Esses direitos dirimidos também representam frequentemente uma impossibilidade de carreira no serviço público, uma vez que esses docentes não são beneficiados com um plano de carreira e, ao se tratar dos contratos temporários, há uma recorrente recontração anual, o que impede qualquer vislumbre de ascensão profissional” (De Moura,2021. p.72)

Esse fato nos leva novamente a observar de como os ideias neoliberais estão presentes nesse tipo de contratação, apesar de saber que esse tipo de modelo precariza a educação e o ensino, os governo optam por essa continuação em nome da diminuição do estado, com isso, nota-se que o Neoliberalismo é o principal motivador do aparecimento das políticas de degradação dos espaços educacionais sobretudo a Uberização do trabalho docente.

Esse tipo de contratação interfere até mesmo na ocupação das futuras vagas, com essas instabilidades, precarizações e incertezas fazem com que os profissionais que gostariam de atuar nas escolas repensem suas escolhas. Contribuindo para a escassez de professores em áreas do conhecimento estratégicas como ciências e exatas. Do mesmo modo, favorece o uso das plataformas de EaD, com vídeos, em substituição aos professores e interações pessoais reais e em tempo real.

(Souza, 2003) citado por (Gasparini, Barreto e Assunção,2005 p. 191) indica que até o final da década 70 e início da década de 80 os professores gozavam de certo prestígio trabalhista e social. Esse prestígio se desgastou no passar dos anos e resultou em uma total devastação em termos estruturais e profissionais.

Entre os atuais desafios que marcam a trajetória docente, citam-se a ocorrência frequente de salas de aulas lotadas de crianças e adolescentes, estruturas definhando, projetos pedagógicos nos quais o professor se torna só um instrumento de reprodução de conteúdo, falta de autonomia, insegurança, salários defasados, cobranças exacerbadas por resultados que muitas das vezes foge da alçada dos professores, são fatores causados pelas políticas neoliberais e que resultam em uma procura cada vez menor por cursos de licenciaturas e pela carreira

docente. Essa conjuntura de descaso planejado com a educação pública, vem desencadeando, há anos, um ciclo perigoso de má formação profissional, em pessoas que não escolheram se tornar professores, foram designadas para esta carreira pela nota obtida no ENEM ou outro processo seletivo de vagas ociosas, situação cada vez mais comum nas Universidades estaduais e federais do Estado do Paraná.

Desse modo, alerta-se para a necessidade de a sociedade olhar para a forma como as atuais políticas públicas educacionais têm sido alvo de ataques orquestrados pelo neoliberalismo e como estas têm impactado no dia a dia da população. A própria imagem dos professores e a forma como as pessoas se identificam com a profissão, tem sofrido diversas alterações nos últimos anos. Essas mudanças também dizem respeito ao projeto de educação pública tecnicista que o ideário neoliberal almeja construir, sob os destroços da figura do professor que os especialistas em educação, em resistência, ainda buscam formar, críticos, autônomos e emancipadores.

Se perguntarmos às pessoas com idade superior a 35 anos, sobre o papel do professor na atualidade, provavelmente a maioria delas, apegadas às suas tradições e experiências pessoais, essas ainda vão responder que o professor é um poderoso agente de mudanças, responsável pela mediação e construção de conhecimentos com seus alunos. Mas se fizermos a mesma pergunta a pessoas com idade entre 18 a 25 anos, será que receberemos a mesma resposta acerca do grau de importância do professor na atualidade? Será que os efeitos das políticas neoliberais já não estão moldando o que as pessoas pensam sobre a escola, o professor e o processo educativo?

Entre as “inovações” geradas pela ideia de educação como produto, o professor é apenas um reproduzidor de conteúdo. Nesta percepção, o aluno tem o papel de apenas ser um depósito de conhecimento, como se o ambiente escolar fosse algo estático onde cada um tem seu papel definido, um reproduz e o outro aceita não levando em conta outros aspectos que esse mesmo ambiente escolar possa reproduzir. É a partir dessa visão equivocada de mundo que a escola pública tem se transformado em um ambiente tecnocrático, atrelado a visão mercadológica, pautada pelo capitalismo, na qual sua principal preocupação é criar um exército de trabalhadores disponíveis e resilientes às mazelas do mercado.

Se entendermos que esta é uma política pensada e planejada em oposição a uma educação crítica e emancipatória praticada, em parte, por professores concursados, com autonomia e direitos preservados, dispostos a levar os alunos a fazerem as perguntas certas para desvendar o mundo do trabalho e as forças econômicas que ditam suas regras, daí poderemos ter em mente a preciosidade das relações perdidas em sala de aula, a partir da precarização do trabalho, da função e da identidade dos professores, sob a luz da uberização da profissão docente.

Uma das táticas percebidas na formação de professores, para enfrentar o atual modelo neoliberal de educação é o retorno ao estudo das teorias críticas. Entre elas, a Pedagogia Histórico-crítica de Dermeval Saviani, teoria pensada para alcançar a Universalização educacional brasileira, na qual a educação deveria ser uma arma a favor dos pobres ou dos trabalhadores. Com isso defende-se que a educação deveria ser feita para o povo, de acordo com os interesses do povo. No que diz a respeito do papel do professor em sala de aula, Saviani explica:

Serão métodos que estimulam a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favoreceram o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 2008, p. 56)

Partindo da lógica da PHC, o professor precisa ter uma aproximação maior com os alunos, conhecer as condições sociais, como a comunidade se comporta e como é a realidade vivida por esses discentes. No entanto, a uberização docente contribui para que os preceitos da PHC não ocorram na prática pedagógica. Os professores temporários, ou uberizados, têm seus vínculos de atuação na escola por um tempo determinado como mencionado anteriormente, isso dificulta a relação de entendimento de diferentes realidades, a todo momento esse professor trabalha em uma escola nova ou trabalha em diversas escolas ao mesmo tempo, criando de certa maneira uma relação estática onde esse docente dificilmente se sentirá parte dessa comunidade, já que ele não participa ou detém pouca experiência com a comunidade escolar.

“Tal fato apenas corrobora para a criação de um professor desvinculado dos objetivos da escola, da comunidade e dos alunos, pois já que não pode permanecer nela também não tem interesse em conhecer de suas causas, metas, dificuldades e objetivos. O professor sob regime “PSS” não cria uma identidade com o colégio que leciona” (LINO, 2012. p.6)

Outro ponto a ser destacado é a falta de suporte que um professor temporário terá caso ele queira mudar suas estratégias pedagógicas que não vão ao encontro do modelo hegemônico. Na maior parte dos casos, mesmo quando ocorre de ter um contrato de um ano, esse professor é visto na comunidade educacional apenas como um substituto provisório. Dessa forma, a escola e seus atores tendem a desvalorizar o professor substituto, tanto quanto o próprio governo ou mercado que o criou. Reproduzindo, inclusive entre os estudantes, a falácia da meritocracia.

Além das mazelas que o Neoliberalismo traz consigo para com os professores, fica nítido que parte desses problemas também são refletidos nos alunos. A relação professor-aluno para que dê certo, permeia diversos momentos e questões que vão além do conteúdo e da sala de aula. Alunos, muitas vezes, vê no seu professor uma inspiração enquanto ser humano, cria vínculos. Desse modo, não é incomum que esse profissional se torne, além de professor, um confidente, um irmão, pai ou amigo. Esse importante vínculo social é quebrado toda vez que acaba o contrato desse professor, trazendo muitas vezes, danos irreparáveis a formação pedagógica dos alunos.

## Considerações Finais

Buscou-se neste trabalho, contribuir para o debate acerca de como a Uberização tem afetado a profissão e a carreira dos professores na atualidade. Parte dessas contribuições adveio de uma revisão bibliográfica partindo da visão de autores dedicados ao estudo do avanço das políticas neoliberais no Brasil e no mundo, com foco nas políticas públicas educacionais voltadas para a escola pública. Outra parte mesclou-se às minhas experiências pessoais e profissionais tanto como motorista de aplicativo pela empresa Uber, como professor contratado por processo seletivo simplificado. A seguir, proponho-me a comparar a situação e os processos que acompanham a vida de um motorista de aplicativo, com o labor de um professor temporário para identificarmos as relações de abuso que permeiam esta forma moderna de exploração do trabalho.

A primeira luta a ser mencionada pelo motorista de aplicativo é a falta de estabilidade trabalhista e isso também pode ser relacionado com os professores temporários, uma vez que, os mesmos, não conseguem ter a estabilidade por dois motivos, sendo eles: a qualquer momento os professores PSS podem perder suas aulas caso algum professor concursado queira pegar mais aulas e o segundo motivo é que os professores por contrato todo ano convivem com a insegurança das sobras de aulas deixadas pelos concursados. Faz-se necessário lembrar que isto não seria um problema, caso essa forma precarizada de contratação fosse a exceção e não a regra como de fato tem sido para milhares de professores em todo o Estado do Paraná.

A contratação de professores temporários, por meio de Processo de Seleção Simplificada, é regida pela Lei Complementar 108/05 de 19 de Maio de 2005 (Contratação de pessoal por tempo indeterminado) que por sua vez, visa atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. De acordo com a referida lei, a contratação de professores temporários deveria ser um recurso esporádico para atender situações emergenciais e aquelas nas quais a lei garante ao professor concursado, a substituição, como em caso de doença ou maternidade, por exemplo. O que tem ocorrido nas últimas décadas é o uso indiscriminado desse recurso para contratar professores em detrimento a realização de concursos.

A segunda similaridade a mencionar é a exploração da força de trabalho por parte do poder dominante. Os motoristas de um lado, sendo explorados por grandes empresas que conseguem seus lucros exorbitantes às custas de longas jornadas de trabalho e os professores de outro, sendo explorado pelo Estado, sob o comando de agentes do Mercado. Dessa relação, o estado terceiriza para as empresas a contratação de pessoal e economiza com despesas relacionadas aos direitos trabalhistas, exercendo o controle sobre as escolas e sobre os profissionais da educação. Já o Mercado se beneficia dos efeitos colaterais antecipadamente previstos, como o excesso de mão de obra docente disponível, com as mudanças conceituais nas relações de trabalho e na percepção das pessoas acerca disso a médio e longo prazo e lucra ainda, com o produto final saído das escolas, jovens prontos para votarem de forma acrítica e para ocuparem seus papéis no quadro do subemprego e como mão de obra barata nas mais diversas áreas da indústria e do comércio, bem como junto as vagas informais de emprego não qualificado, de remuneração muito baixa, sem vínculo ou garantia, como apregoa como necessário e moderno, as lideranças da inovação e do desenvolvimento do capital humano na atualidade.

Uma terceira semelhança a citar é a precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas. Os motoristas de aplicativos sofrem diariamente com problemas com a falta de segurança e a falta de legislações, isso acontece com os professores também no cenário do Neoliberalismo. Os problemas enfrentados pelos professores em sala de aula são de conhecimento geral. Mesmo assim, não se tem apoio dos órgãos competentes, esses mesmos órgãos agem na contramão da necessidade dos professores, sucateando fisicamente e socialmente a escola pública, além das perdas dos direitos trabalhistas e a precarização do trabalho docente.

Conclui-se que, ao compreender a forma como se dá a uberização das profissões no Brasil e no mundo, que a atual investida do mercado sobre os profissionais da educação pode trazer sérias complicações a médio e longo prazo para toda a sociedade de maneira geral. Uma vez que a escola não deixará de exercer seu papel na conformação da sociedade. A escola continuará existindo, assim como os professores. A pergunta que precisamos fazer é: Que tipo de pessoas resultará desse processo de precarização da educação e da profissão docente? Em poucos anos esta pergunta poderá ser respondida mais facilmente ao

olhar para a população do Estado do Paraná que atualmente é um dos maiores laboratórios de políticas educacionais neoliberais.

O Neoliberalismo além de ser uma política nefasta é uma política extremamente organizacional, pois sabem que a partir do momento em que o povo começar a ter um olhar crítico social, quem sofrerá mais com isso será o próprio Neoliberalismo. Com isso, a estratégia é sucatear cada vez mais a educação com a visão mercadológica e assim fazer com que o povo nunca se revolte contra eles.

A autonomia do trabalho do professor está mais ameaçada do que nunca e mesmo assim, corre-se um sério risco de ser eles, os professores, os grandes culpabilizados ao final desse ciclo de intervenções neoliberais na educação pública paranaense. A partir desta constatação, defende-se que é urgente e de extrema importância, a união da classe trabalhadora para o enfrentamento dessas políticas e da visão neoliberal de educação. Sabendo das dificuldades desse enfrentamento e levando em conta que, em uma sociedade tomada pelos princípios neoliberais, o trabalho de convencimento torna-se ainda mais complexo e denso, defende-se que, somente através da ampliação e do fortalecimento da luta, por meio da construção e consolidação de redes é que se torna possível continuar a haver resistência.

Trabalhos como estes são necessários para ampliar o debate entre os futuros professores, sobretudo os de exatas e de áreas menos preocupadas com as questões sociais implícitas na carreira docente.

O universo de políticas neoliberais produzidas pelo Estado do Paraná nas últimas décadas, precisa ser investigado e seus dados carecem ser divulgados como forma de evidenciar os erros produzidos em cada caso. Existem materiais em abundância para serem analisados.

Por último, defende-se que a denúncia, a partir de análises de pesquisas sérias e respaldadas no método científico, é uma das formas de luta que podemos empreender, enquanto professores e pesquisadores comprometidos com o ideário de uma sociedade emancipada.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciene Na teoria, modernização; na prática, regressão: política educacional no governo Temer Linhas Críticas, vol. 27, e35696, 2021 Universidade de Brasília, Brasil

CARDOSO, Fernando Henrique. Mãos à obra, Brasil – Programa de Governo. Brasília, s.n, 1994

CLEMENTINO, Ana Maria; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Anais da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação - o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação (2010, Brasília, DF). – V. 1 Brasília: MEC, 2011a.

DE MOURA, Livia Romero; SEGUNDO, Maria da Dores Mendes, DE AQUINO, Cássio Adriano Braz. Do docente efetivo ao docente Uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil. *Trabalho e educação*, v.30,n. 3, p. 67-85,2021.

DERISSO, José Luis; DUARTE, Rita de Cássia. Crítica ao ideário neoliberal na educação: precarização e descaracterização da escola pública paulista. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 17, n. 4, p. 1169–1185, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i4.8651218. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651218>. Acesso em: 3 maio. 2024.

DIAS, Raul Costa de Oliveira Dias. O Governo de Fernando Henrique Cardoso: Neoliberalismo e Dependência / Raul Costa de Oliveira Dias - São Paulo: 2019

FERREIRA, Denize Cristina Kaminski; DE MOURA ABREU, Claudia Barcelos. Professores temporários: flexibilização das contratações e condições de trabalho docente/Temporary Teachers: flexibilization of contracts and teacher's work conditions. *Trabalho & Educação*, v. 23, n. 2, p. 129-139, 2014.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*, v. 179, p. 206, 2006.

FONTES, V. Formação dos trabalhadores e luta de classes. *Trabalho Necessário*. Ano 14, n. 25, 2016

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. Especial, p. 844–856,

2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/76936>. Acesso em: 1 fev. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 90: subordinação ativa e Consentida á Lógica do Mercado. Educ. Soc, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e pesquisa, v. 31, p. 189-199, 2005.

GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M de e TONETO JR., Rudinei. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997

HEBERT, João; SILVA, José Augusto Evangelista da; DOS SANTOS, Joedson Brito. O NOVO ENSINO MÉDIO E O NEOLIBERALISMO: A EDUCAÇÃO DENTRO DA LÓGICA CAPITALISTA. VERUM: Revista de Iniciação Científica, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 69–83, 2023. DOI: 10.56579/verum.v3i1.770. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeiniciacaocientifica/article/view/770>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. São Paulo em perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

LEMENTINO, A. M.; OLIVEIRA, D. A. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado . Práxis Educativa, [S. l.], v. 18, p. 1–23, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.22022.078. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22022>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Disponível em: . Acesso em: 11 de Junho de 2012

LINO, Allan Vieira, Políticas públicas e a precarização da educação pelo contrato PSS no Paraná. Revista eletrônica. LENPES-PIBID de ciências sociais- UEL, v.1, n2, p 1-24, 2012.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MAROY, C. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. (org.). Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 19-46.

NAUROSKI, Everson Araujo Trabalho docente e subjetividade: a condição dos professores temporários (PSS) no Paraná / Everson Araujo Nauroski – Curitiba, 2014.

OLIVEIRA Jussara de Fátima Alves Campos; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. As políticas neoliberais para a educação profissional: analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. SENEPT, Minas Gerais, 2012.

OLIVEIRA NEGRÃO, J. J. de. (2004). O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas Sociais, (1), 103–112. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i1.18809>

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 5, n. 8, p. 45-67, 201

PASINI, J. F. S. AS INFLUÊNCIAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS DESENVOLVIDAS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E NO ESTADO DO PARANÁ. Educere et Educare, [S. l.], v. 15, n. 35, p. DOI: 10.17648/educare.v15i35.24358, 2020. DOI: 10.17648/educare.v15i35.24358. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24358>.

SALERNO, Soraia Kfour, RISSI, Lorena Mariane et al. POLÍTICA EDUCACIONAL E A ESTRUTURA DO PENSAMENTO ECONÔMICO—DE FHC A LULA. Revista Interfaces, v. 10, n. 04, p. 228-240, 2019.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000)

SAVIANI, D. Escola e democracia. Edição Comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, K. R. et al. Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) na luta pela saúde no trabalho. Ciência e Saúde Coletiva, v. 8, n. 4, p. Ciência e Saúde Coletiva 1057-1068, 2003.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. SER Social, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 104–128, 2011. DOI: 10.26512/ser\_social.v13i28.12684. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12684](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12684). Acesso em: 14 nov. 2023. file:///tmp/guest-ltdvue/Downloads/admin,+5.pdf

VIANA, N. Breve História do Neoliberalismo. Revista Enfrentamento, n. 05, jul./ dez., 2008.

WATZECK, José Ruiz. A UBERIZAÇÃO DA DOCÊNCIA-A EXPROPRIAÇÃO DOS DIREITOS DO PROFESSOR. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 2, n. 11, 2021.